



Intermediária de evidências, Kerry Albright

Servidora pública internacional e eterna curiosa, levando entusiasmo sobre a tomada de decisão informada por evidência, pensamento sistêmico, e ajuda para a compreensão do valor da evidência para o desenvolvimento internacional

Quero celebrar os muitos sucessos que tivemos coletivamente com o uso de evidências para responder aos desafios sociais – tanto antes como durante a pandemia de COVID-19 – e encorajar todos nós a redobrar os esforços agora para institucionalizar o que está alcançando êxito e melhorar em outras áreas. Percorremos um longo caminho nos últimos, digamos, cinco anos em diferentes partes do sistema da ONU, e ainda temos um longo caminho à frente no sentido de apoiar o uso de evidências por formuladores de políticas governamentais e outros tomadores de decisão nos estados-membros, usar evidências nas recomendações normativas e assistência técnica da ONU, e aproveitar ao máximo as parcerias com produtores de bens públicos globais, que são o assunto de muitas seções nos capítulos 5 e 6.

Em termos de oferta de evidências, é preciso reconhecer dois pontos. Primeiro, há uma tensão para os pesquisadores entre promover estudos únicos (geralmente seus próprios estudos, com estudos de caso de impacto geralmente sendo vinculados ao aumento do financiamento universitário) e promover conjuntos de evidências, incluindo o trabalho de “concorrentes”. Conforme abordamos nas [recomendações 22 e 23](#), precisamos revisitar os incentivos criados por instituições acadêmicas e periódicos para garantir que, no futuro, apoiemos um enfoque em conjuntos de evidências e ciência aberta. Em segundo lugar, há uma tensão para os intermediários de evidência entre distinguir formas discretas de evidências e encontrar uma linguagem que possa captar abordagens mais holísticas. No UNICEF, estamos cada vez mais usando uma definição de pesquisa de implementação que aborda a geração e o uso de evidências, o que está sendo coliderado por tomadores de decisão e integrado em todas as etapas da tomada de decisão (não apenas a etapa 3 na [seção 4.2](#)), incluindo contribuir para a programação adaptativa e incorporar os tipos de análises de sistemas e políticas complementares descritos na [seção 5.4](#), e ainda o que pode ser chamado de análise contextual mais ampla. Essa análise contextual inclui análises da cultura, relações e diferenciais de poder e pode recorrer a ferramentas como análise de situação, análise de rede social e análise de poder.

